

FEIRAS MÓVEIS: SISTEMAS DE CUSTEIO E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

OLIVEIRA, N. M.¹; CAVALCANTE, L. C.² & CASTRO E SILVA, L. M. R.³

¹Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da ação extensionista. E-mail: nicolemuniz3@gmail.com; ²Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Universidade de Fortaleza. Coordenadora da ação extensionista. E-mail: laracapelo@hotmail.com; ³Especialista em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. E-mail: ramalholiliane@yahoo.com.br

DOI: <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n18.33548> - Artigo submetido em 02/09/2018

RESUMO

Os sistemas de custeio e a valorização do trabalho nas feiras móveis representam práticas que os feirantes encontraram para, amparados pela Constituição Federal de 1988, criarem métodos próprios de controle de suas atividades econômicas. Nessa perspectiva, pode-se classificar o presente estudo extensionista como interdisciplinar, pois unifica saberes jurídicos, contábeis e antropológicos sobre os sistemas de custos utilizados pelos comerciantes e sobre como as normas constantes na Lei Maior atuam para efetivá-los nas feiras livres localizadas no bairro Cidade

2000 em Fortaleza. Objetiva-se compreender a visão nativa dos feirantes sobre os métodos de custeio e sua concretização através dos dispositivos constitucionais que demonstram a valorização social do trabalho. Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a investigação etnográfica, que tem como base a percepção pura do discurso dos nativos. A pesquisa propiciou a análise dos sistemas de controle patrimonial dos feirantes, além de oferecer informações contábeis que podem auxiliar no crescimento do negócio, como o planejamento e o controle das operações.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas de Custeio. Princípios Constitucionais. Feiras Móveis.

MOBILE FAIRS: COSTS SYSTEMS AND VALORIZATION OF WORK

ABSTRACT

The costs systems and valorization of work in mobile fairs represent practices that the marketers have found, protected by Federal Constitution, to create their own methods of controlling their economic activities. In this perspective, the current extensionist study can be classified as interdisciplinary because it unifies legal, accounting and anthropological knowledge about the costs systems used by merchants and how the principles mentioned above affect them in neighborhoods at free fairs of Cidade 2000, in Fortaleza. The objective is to understand the native

view of fairgrounds on the costing methods and their implementation through the constitutional provisions Which demonstrate the social valorization of work. For this, was used bibliographical and ethnographic research, which is based on the pure perception of the speech of the natives. The research led to analysis of the patrimonial control systems of fairgrounds, besides offering accounting informations that can assist in the increase of business, such as planning and controlling operations.

KEYWORDS: Costs Systems. Constitutional Principles. Mobile Fairs

1 INTRODUÇÃO

As feiras livres constituem-se em uma prática comercial bastante antiga e, no Brasil, tiveram origem ibérica, trazidas de Portugal no período da colonização (Almeida, 2009). Atualmente, revelam-se como práticas cotidianas de trabalho que, muitas vezes, vivenciam a marginalização pelo poder público, na medida em que são qualificadas como antiquadas e

obsoletas por não estarem em compasso com a mundialização da economia, que criou novas formas de comercialização (Mascarenhas e Dolzani, 2008).

Entretanto, apesar do cenário acima descrito, é importante ressaltar que as feiras livres possuem grande representatividade no universo urbano contemporâneo da cidade de Fortaleza, devendo ser reconhecidas e valorizadas, já que são um marco na identidade cultural da região onde estão inseridas, fazendo parte do ambiente e sendo um agente fundamental na identificação da população local com o lugar onde vivem. Além disso, as feiras constituem papel importantíssimo no mercado econômico fortalezense, já que são um dos braços que compõem o setor informal da economia regional.

Em um país tão multicultural como o Brasil, com uma grande pluralidade de povos e costumes, é fácil perceber que toda essa miscigenação exerce grande influência no mercado de trabalho nacional, que é formado por uma imensa variedade de produtos e serviços. Ressalta-se então que as feiras constituem papel importantíssimo no mercado econômico brasileiro, já que promovem o desenvolvimento econômico e social de pequenas e grandes cidades.

Sobre o tema, Oliveira (2005), afirma que o trabalho informal, ampliado drasticamente entre meados dos anos 1980 e toda a década de 1990, foi a alternativa de sobrevivência diante da incapacidade do sistema capitalista de absorver a mão de obra ativa existente e da falta de políticas públicas capazes de inserir os trabalhadores no mercado formal. No Brasil, que historicamente construiu um regime de trabalho parco em direitos, as dificuldades foram ainda maiores. Não houve avanços significativos na regulamentação do trabalho, já que o desenvolvimento econômico do país não foi acompanhado do desenvolvimento social, o que pôde ser sentido diretamente pela elevação da precariedade do trabalho, levando muitos trabalhadores à informalidade (LIMA, CAVALCANTE e COSTA, 2011).

O Ordenamento Jurídico Brasileiro, em sua Carta Magna de 1988, ampara os feirantes no exercício de suas atividades econômicas, já que apresenta de forma expressa, principalmente no artigo 170, os princípios da valorização social do trabalho e da livre iniciativa, que demonstram a valorização concedida aos feirantes. Tais prerrogativas são fundamentais à condição de todos os seres humanos. A Feira livre desse estudo ocorre na Praça Central da Cidade 2000, que fica situado entre bairros nobres e bairros da periferia, então, ela tem essa mistura de público que a frequenta, fornecendo um caráter inclusivo de pessoas de diferentes camadas sociais e poderes aquisitivos diferenciados.

A presente pesquisa se justifica pela importância da aplicação de um sistema de custeio

na atividade comercial dos feirantes, já que nesse tipo de atividade, não obstante o elevado índice de informalidade, faz-se necessário que haja o controle de como os custos são registrados e transferidos. Para tanto é importante compreender como os feirantes desenvolvem seus próprios métodos de custeio na transmissão do conhecimento nativo oriundo de suas práticas de trabalho no bairro Cidade 2000 em Fortaleza.

Os estabelecimentos empresariais, em sua quase totalidade, necessitam utilizar métodos de custeio para controlar, de forma mais efetiva, seu patrimônio. Essa necessidade não é diferente nas feiras. Contudo, tal assunto requer conhecimentos técnicos e especializados das Ciências Contábeis para ser posto em prática. Mediante dessa problemática, surge o tema da pesquisa: Qual a importância de se analisar a formação do lucro dos feirantes com base nos sistemas de custeio aplicados por eles?

O objetivo geral deste trabalho é investigar quais são os métodos de custeio nativos desenvolvidos pelos feirantes no sentido de compreender em que medida estes comerciantes, que atuam na feira do bairro Cidade 2000 em Fortaleza, estão tendo um resultado positivo na percepção dos lucros oriundos de sua atividade. Assim, a pesquisa procura compreender como os feirantes, no desenvolvimento de sua atividade econômica e laboral cotidiana, formam seus próprios conceitos e métodos de custeio, manifestados nas ideias de valor, desconto, lucro e gerenciamento de seu negócio.

Os objetivos específicos do estudo são: a) discorrer sobre a valorização do trabalho, dando destaque para os princípios constitucionais do valor social do trabalho e da livre iniciativa; b) compreender o método de custeio nativo dos feirantes; c) instruir os feirantes quanto à importância do cálculo dos custos de acordo com cada atividade exercida por eles; d) investigar quais são os custos que os feirantes consomem dentro de suas respectivas atividades.

Com relação aos procedimentos técnicos, inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas, sendo feita, criticamente, uma análise de publicações e doutrinas para ajudar em uma melhor compreensão e fundamentação do tema proposto. A metodologia utilizada como forma de compreender os sistemas de custeio empregados pelos nativos da feira da Cidade 2000 é a Etnografia, que não tem como base a aplicação de questionários previamente elaborados, mas sim a percepção pura do discurso dos nativos. O presente estudo é resultado do projeto de extensão “*FEIRANTE EMPREENDEDOR: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no Comércio de Rua.*”

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil, em sua contemporaneidade, traz o trabalho como elemento fundamental para que os homens e as mulheres tenham condições de garantir a si mesmos e aos seus dependentes condições dignas de sobrevivência. De acordo com Marx (1985a, p. 50), em *O Capital*, “[...] é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

A Constituição Federal de 1988 garante, de forma expressa em seu texto, prerrogativas que são primordiais e inerentes à condição de ser humano. O Trabalho representa um desses direitos, que são tidos como fundamentais. Tal Constituição demonstra a importância dada ao trabalho realizado pelo ser humano, principalmente em seu artigo 170, em que destaca os princípios da valorização social do trabalho e da livre iniciativa.

Contudo, para a persistência de qualquer empreendimento, mesmo nos pequenos negócios, é imprescindível que exista o controle do patrimônio, bem como a gerência de suas movimentações. Isto é, faz-se necessário, para a obtenção de vantagem competitiva, o gerenciamento dos custos e, posteriormente, as informações resultantes de tal comando devem ser utilizadas no desenvolvimento de atividades estratégicas.

Então, faz-se importante que o comerciante analise as características peculiares de seus negócios, conjuntamente com os distintos Sistemas de Custeio existentes, para buscar o método de controle que mais se adeque às suas atividades. Dessa forma, deve-se considerar aquele que ofereça mais vantagens competitivas e maior continuidade na economia do país.

2.1 Disposições acerca do Princípio da Valorização Social do Trabalho Humano

O trabalho humano tem valor porque por meio dele os homens depositam e materializam suas qualidades cognitivas, estéticas e espirituais nos objetos culturais. O trabalho produz o mundo humano, produz cultura (CASALI, 2011). Dessa forma, os princípios da valorização social do trabalho e da livre iniciativa são apresentados pela Constituição Federal de 1988 como uma das prerrogativas basilares do ordenamento jurídico brasileiro. Isso confirma a imprescindibilidade das atividades laborais para a afirmação do ser humano como indivíduo dotado de direitos e deveres, tanto em seu plano individual, como no social.

De acordo com Marques (2007), a valorização do trabalho humano não apenas se importa em criar medidas de proteção ao trabalhador, como ocorreu no caso do Estado de Bem-Estar Social, mas sim em admitir o trabalho e o trabalhador como principais agentes de transformação

da economia e meio de inserção social.

A função exercida pelos Princípios Constitucionais, nas palavras de Lucon (1999) é a de “ordenar e organizar o sistema jurídico, de modo que toda a carga valorativa que lhes é inerente se espalhe no conteúdo das demais normas”. Os princípios constitucionais se formam a partir dos valores da Sociedade política e jurídica instituída e por isso podem ser classificados como os vetores que servem de norte à conformação de toda a Ciência Jurídica.

Desse modo, o Princípio Constitucional da Valorização do Trabalho emerge como uma forma de proteção humanística ao trabalhador, no intuito de preservar sua dignidade contra a exploração da atividade econômica, pois, conforme observa Deon: “[...] a globalização da economia, por meio de seus instrumentos, como a revolução tecnológica, inferiorizou o homem à condição de mero instrumento de trabalho, substituindo-o pela máquina e priorizando o capital sobre o valor da dignidade humana”.

O legislador constitucional conferiu extrema importância à atividade laboral, é tanto que tal prática é tida pela Constituição como Direito Social de todo cidadão. O artigo 6º da Norma Superior traz em seu texto, de forma expressa, essa qualificação. Posteriormente, em seu artigo 7º ocorre a concretização de tal direito através de diversos incisos.

Também, a Carta Magna, no Título I do Capítulo VII, ao dispor dos Princípios Gerais da Atividade Econômica em seu artigo 170, defende que a Ordem Econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Conforme Eros Grau (2003), a interação entre esses princípios e os demais define que a finalidade da ordem econômica é assegurar a todos existência digna, o que implica conferir ao trabalho e aos seus agentes proteção politicamente racional.

As feiras surgem como símbolos comerciais, podendo ser móveis ou fixas, tendo essência, uma das categorias de cidade de Max Weber (1979, p.69) que é um “[...] elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes”.

2.2. Evolução Histórica dos Sistemas de Custeio

As mudanças no contexto empresarial, advindas do processo de globalização, têm impulsionado o aumento da concorrência entre as empresas. Isso reflete o esforço que as empresas e seus gestores têm feito para buscar alternativas viáveis para se manterem competitivos no mercado, fato que impulsionou consideravelmente as mudanças na contabilidade.

Segundo Kaplan e Cooper (1998), a necessidade de registrar as informações sobre as transações comerciais tem existido desde que as pessoas utilizam os sistemas de trocas. Até o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, conforme Martins (2003), praticamente só havia uma forma de se mensurar e controlar o patrimônio, que era a Contabilidade Financeira, que, por ter sido desenvolvida na era Mercantilista, estava bem estruturada para servir às necessidades das empresas comerciais da época.

Sabe-se que, desde as primeiras formas de sistemas administrativos usados para a gestão de fábricas têxteis integradas do início dos anos 1880 até as mais complexas organizações multidivisionais dos anos 1920, já era sentida a necessidade de procedimentos de controle e mensurações contábeis que atendessem à demanda por informações sobre a eficiência com que eram conduzidas as atividades operacionais das empresas.

A partir do surgimento das indústrias, tornou-se mais complexa a função do contador, que, para levantamento do balanço e apuração do resultado, não dispunha facilmente de dados para poder atribuir valores aos estoques. Com a necessidade de avaliar e gerenciar esses estoques, nada mais razoável do que o contador tentar adaptar às empresas industriais outras estratégias contábeis.

O surgimento dessas estratégias estava relacionado, em sua grande maioria, com o propósito dos empreendedores de controlar o índice em que os recursos, como matérias primas, mão de obra e despesas gerais, eram transformados em produtos. Dessa forma, a contabilidade de custos surge como derivadas da contabilidade geral e a partir desse novo método de controle do patrimônio nascem os Sistemas de Custeio, que consistem, basicamente, em formas de apropriação de custos.

2.3. Importância dos Sistemas de Custeio

Os dados que abastecem os Sistemas de Custeio estão se tornando, a cada dia, mais relevantes para a lucratividade de um negócio, o que resulta na obtenção de informações mais refinadas e aprimoradas. Há uma maior preocupação, por exemplo, com a gestão estratégica e operacional do negócio e uma elevada atenção às exigências do mercado.

Sobre o tema, Martins (2003, p. 21) aponta duas funções relevantes à Contabilidade de Custos: auxílio ao controle e às tomadas de decisões. Com relação ao controle, a sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, posteriormente, subsidiar o acompanhamento das ações. Em se tratando

de decisões, consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes a serem gerenciados.

Nesse contexto, Leone (2000, p. 21) descreve que a Contabilidade de Custos produz informações gerenciais para planejar, controlar e decidir com maior eficiência e eficácia. O autor define que “[...] a Contabilidade de custos é uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que recebem dados, acumula-os de forma organizada, analisa-os e interpreta-os, produzindo informações de custos para os diversos níveis gerenciais”.

Para que a administração alcance a maximização dos resultados, Santos (1987) defende que através da análise de custos como instrumento de avaliação de desempenho e de tomada de decisão, os seguintes objetivos básicos deverão ser levados em consideração: custo por produto, resultado de vendas por produto, custo fixo da infraestrutura instalada, nível mínimo de vendas desejado, formação do preço de venda, planejamento e controle das operações. Dessa forma, o controle efetivo dos custos torna-se fundamental para a tomada de decisão com mais segurança.

2.4. Espécies de Sistemas de Custeio para a Apuração do Lucro

Dentre os métodos inerentes aos sistemas de custeio, são mais facilmente encontrados na literatura o custeio por absorção, o custeio variável e o custeio baseado em atividade. É importante salientar que entender as diferenças existentes entre estes métodos propicia aos gestores um melhor aproveitamento do seu sistema de custeio.

O **Custeio por Absorção** é uma sistemática de apropriação de custos que atribui aos produtos todos os custos, diretos, indiretos, fixos e variáveis. Segundo Santos (1987), o método de custeio por absorção é considerado básico para a avaliação de estoques pela contabilidade empresarial para fins de levantamento do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. No custeio por absorção, todos os custos de produção compõem o custo do bem ou serviço, as despesas não fazem parte do custo do bem ou serviço (CPV – custo do produto vendido ou CSP – custo do serviço prestado), ou seja, são lançadas diretamente no resultado, enquanto que os custos, tanto diretos quanto indiretos, são apropriados a todos os bens e serviços.

Por estar de acordo com os princípios contábeis, este método é adotado pela contabilidade, portanto validado pela legislação brasileira para fins de elaboração do balanço patrimonial e da demonstração de resultados do exercício e obrigatório para fins fiscais.

O **Custeio Variável** é uma sistemática de apropriação de custos que atribui aos produtos

somente os custos variáveis, considerando os custos fixos como despesas. Segundo Megliorini (2012), enquanto no custeio por absorção os custos fixos são rateados aos produtos, no custeio variável apenas os custos variáveis (que são os que variam de acordo com o volume de produção ou de acordo com alguma outra base estabelecida) irão compor o custo do objeto de custeio (bens ou serviços), sejam diretos ou indiretos.

A partir do custeio variável, é possível obter ainda a margem de contribuição, que, segundo Bernardi (1996), é a diferença entre o valor das receitas e os custos variáveis de venda. Essa ferramenta permite avaliar o quanto cada bem ou serviço contribui para pagar os custos fixos, despesas fixas e gerar lucro.

O **Custeio Baseado em Atividades**, método ABC (Activity Based Costing), foi originalmente desenvolvido para gerenciamento dos custos, tendo como enfoque os recursos e as atividades geradores de custos, o que significa que os custos são atribuídos às atividades baseadas no uso dos recursos, depois atribuídos aos objetos dos custos, tais como produtos ou serviços, baseado no uso das atividades (COGAN, 2005, p. 43). Neste método, apropriam-se todos os custos e despesas da empresa ao produto mediante análise dos processos e atividades, utilizando-se direcionadores de custos em dois estágios, nesse conceito, o produto consome atividades e as atividades consomem recursos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, em relação aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos e na legislação vigente acerca dos Sistemas de Custeio existentes nas Ciências Contábeis. Sobre o tema, Lakatos e Marconi (2007, p. 71) afirmam que “[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Em seguida, a metodologia utilizada como forma de compreender os sistemas de custeio empregados pelos nativos da feira da Cidade 2000 foi a Etnografia. Acerca do tema, Geertz (1989) afirma que, para realizar a pesquisa etnográfica, é necessário mais que registrar os fatos, deve-se analisar, interpretar e buscar os significados contidos nos atos, ritos, performances humanas e não apenas descrevê-los.

Desse modo, é de fundamental importância para o entendimento da estruturação das Feiras Móveis de Fortaleza, que seja realizada uma descrição densa acerca desse setor da

economia informal. Tendo isso em vista, explica Geertz (1989, p. 7):

[...] O que o etnógrafo enfrenta, de fato, é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitadas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Iniciou-se em 20 de abril de 2018 a pesquisa de campo realizada na Feira Móvel de Fortaleza, isto é, feira que percorre diferentes pontos da cidade durante a semana. As visitas ocorreram semanalmente durante cinco meses, e em toda sexta-feira a feira estabelecia-se no bairro Cidade 2000. Simultaneamente à pesquisa de campo, eram realizadas reuniões em grupo para debater sobre as informações coletadas na feira, além do estudo de textos relacionados à etnografia e à contabilidade de custos e aos princípios constitucionais acerca da valorização do trabalho humano e da livre iniciativa.

O estudo etnográfico foi efetivado através de diálogos com os feirantes, ambulantes, fiscais da prefeitura, camelôs, entre outros presentes na feira, ocorrendo tanto a inserção da coordenadora quanto dos estudantes do projeto à sociedade nativa. Na coleta de dados, procurou-se analisar a visão nativa dos feirantes dos setores alimentícios (frutas, verduras, cereais, carnes), do setor de vestuário e do setor de comercialização de artigos variados, como venda de acessórios eletrônicos e ferramentas, visando analisar os mais diversos tipos de custeio nativos, assim como o conhecimento contábil e interesse no mesmo.

3.1 A Visão dos Feirantes Acerca da Importância de se Analisar os seus Custos

A diversidade de culturas é um ponto marcante nas feiras livres presentes no país. Desse modo, esses polos comerciais não se restringem somente à figura dos feirantes, visto que, existem, no mesmo ambiente, artesãos, ambulantes e camelôs. Além disso, observou-se a presença, nos arredores da Feira Móvel, de lojas com pontos fixos, assim como a existência de um grande supermercado. Tal observação demonstra que existe competitividade não apenas entre os próprios feirantes, mas também entre as mais variadas espécies de trabalhadores

A Feira Móvel estudada possui comerciantes dos mais variados produtos, tais como frutas, verduras e ervas, carnes, vestuário e produtos industrializados. O estudo limitou-se aos setores de Frutas e Verduras, Ervas e Temperos e de Carnes, pois representam uma considerável quantidade de trabalhadores. As entrevistas foram realizadas em uma amostra de 34 feirantes, retirados de uma população total de 149 feirantes. Porém, apenas três narrativas serão utilizadas como modelo ideal. A pesquisa de campo efetuada no referido ambiente proporcionou a coleta

de informações e uma maior compreensão acerca do controle que o feirante possui de seu patrimônio.

O primeiro informante, o qual atua no setor alimentício com um comércio de carnes juntamente com seu irmão, afirma ter mais de 10 anos em experiência como feirante. Os irmãos vão às feiras 6 vezes por semana e compram suas mercadorias 1 vez por semana direto do fornecedor. O irmão mais velho, que tem 48 anos, afirma que possuem carro próprio, gastando em média R\$ 25,00 por dia com gasolina para transportarem suas mercadorias até a feira. Além disso, possuem custos de R\$ 20,00 por dia para montagem e desmontagem das barracas e, por fim, gastam R\$ 50,00 por dia com alimentação. De acordo com o mais novo, que tem 31 anos, mesmo possuindo uma ideia da importância de se apurar os referidos custos, normalmente eles precificam seus produtos levando em consideração apenas os preços de seus concorrentes.

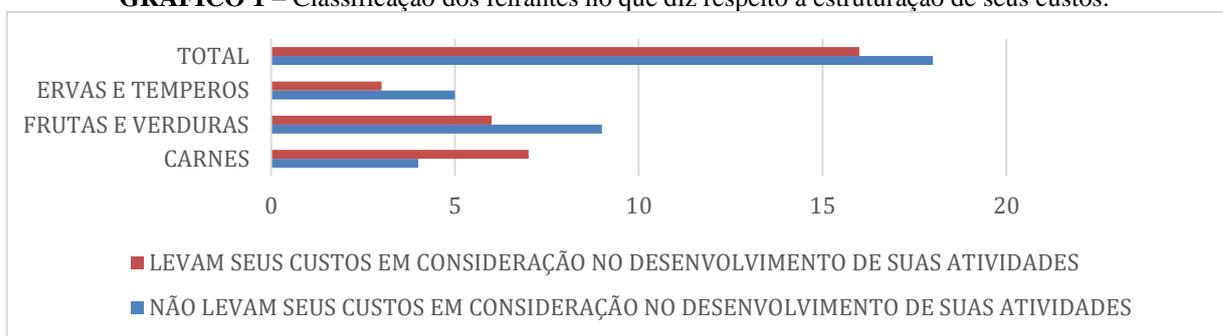
Como segundo informante, tem-se um senhor de 63 anos que trabalha sozinho no setor de frutas e verduras há 45 anos. Ele afirma que vai à feira 5 vezes por semana e que compra suas mercadorias na Seasa 4 vezes por semana. Quando foi questionado sobre seus custos com a montagem e desmontagem da barraca, afirmou que gasta em média R\$ 30,00 por dia de feira. Além disso, informou que gasta aproximadamente R\$ 20,00 por dia de feira com a sua alimentação, R\$ 20,00 por dia com a embalagem de seus produtos e que não tem gastos com frete, já que possui carro próprio, porém não tem o controle exato de quanto gasta com gasolina, indicando um valor aproximado de R\$ 30,00 por dia trabalhado. O referido feirante afirmou também que todos esses valores não são levados em consideração para a precificação de seus produtos e posterior cálculo do lucro.

Como terceiro informante, tem-se um jovem de 25 anos que trabalha no setor de ervas e temperos, sendo essa barraca na feira sua única fonte de renda há cerca de 4 anos. Conforme o feirante, seus produtos, normalmente, são comprados no Centro da cidade de Fortaleza, mas, eventualmente, também podem ser adquiridos em cidades do interior. Tal feirante informou que possui carro próprio, gastando mensalmente R\$ 100,00 com a manutenção do veículo e R\$ 50,00 diários com o combustível do mesmo. Além disso, o feirante indicou que esporadicamente conta com a presença de um ajudante, que cobra cerca de R\$ 50,00 por dia trabalhado. Com relação à sua alimentação durante o período em que está trabalhando, gasta R\$ 20,00. O referido feirante informou que apesar de não possuir os conhecimentos especializados da contabilidade, apresenta maior controle de seus custos, já que para estipular seu lucro, todos esses valores são levados em consideração no momento da sua precificação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos relatos dos 34 trabalhadores da feira móvel, foi possível observar a) se os feirantes estruturam seus custos e, caso estruturem, como fazem isso; b) o nível de informação dos feirantes acerca do tema sistemas de custeio; c) o nível de interesse dos feirantes em obter informações para melhor aplicar seus custos e, assim, alavancar a competitividade do empreendimento. Dessa forma, levando em conta a pesquisa e os dados coletados, foi possível destacar as seguintes observações:

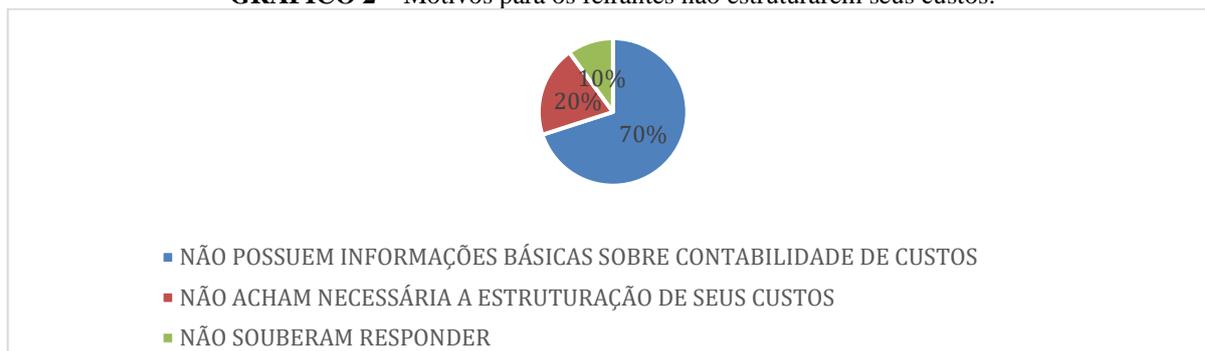
GRÁFICO 1 – Classificação dos feirantes no que diz respeito à estruturação de seus custos:



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018).

Dentre os trabalhadores da feira que não fazem a estruturação de seus custos, obtiveram-se as seguintes informações quando questionados acerca das razões para não estruturarem seus custos, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – Motivos para os feirantes não estruturarem seus custos:



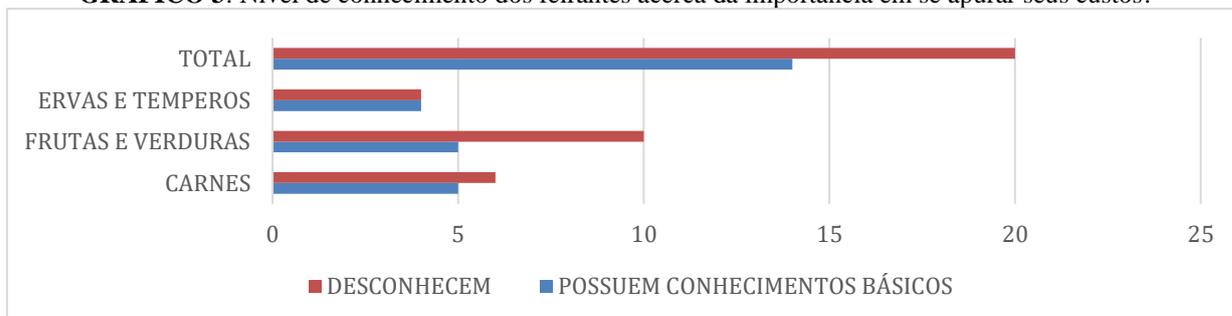
Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018).

A partir da análise desse gráfico, se percebe que 70% dos entrevistados não possuem qualquer informação sobre custos, denotando a falta de conhecimento básico, e portanto, o não planejamento e utilização do mesmo para o conhecimentos dos resultados. Acrescenta-se, ainda, que 20% nem consideram importante se estruturar os custos, e ainda 10% nem souberam

responder.

Quando analisados acerca do nível de conhecimento que detinham sobre a importância de se apurar os seus custos, obtiveram-se os seguintes resultados de acordo com a amostra pesquisada:

GRÁFICO 3: Nível de conhecimento dos feirantes acerca da importância em se apurar seus custos:

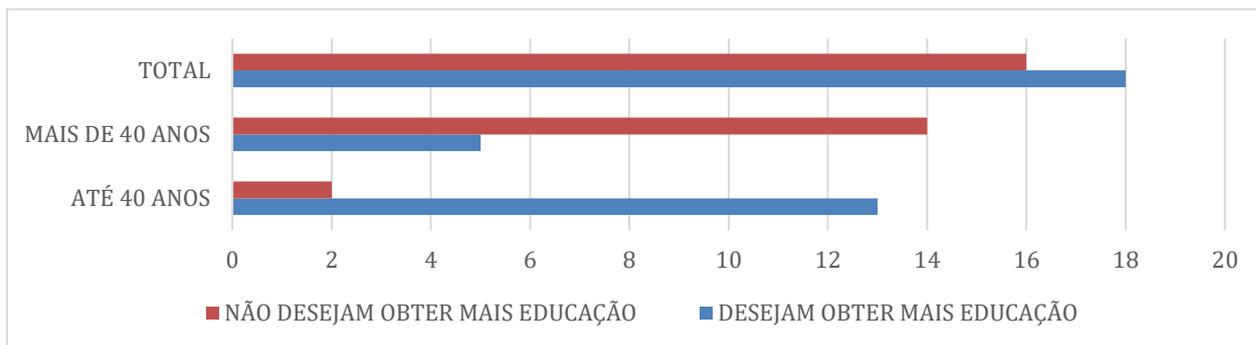


Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018).

De acordo com o gráfico 3, o setor de frutas e verduras são os que mais desconhecem a importância de se apurar seus custos, e os de carnes apresentam um índice de desconhecimento e um igual de conhecimentos básicos, quando relacionados aos primeiros. Já os feirantes de ervas e temperos apresentam igual nível de conhecimento e desconhecimento da importância em apurar seus custos.

Acerca do interesse em obtenção de informações para melhor aplicar seus custos, observou-se que maioria dos feirantes de até 40 anos de idade demonstrou total interesse em obter mais conhecimentos relacionados à Contabilidade de Custos. Já os feirantes na faixa etária de mais de 40 anos, em sua grande maioria, demonstram desinteresse em obter tais conhecimentos, pois afirmam já estarem adaptados à forma como desenvolvem suas atividades, como pode-se ver no gráfico abaixo:

GRÁFICO 4 – Classificação etária dos feirantes no que diz respeito ao interesse em obter informação para melhor aplicação de seus custos



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018).

A partir da análise dos dados e de suas interpretações se comprova que a informação sobre custos ainda não chegou para realidade da maioria dos feirantes, sendo necessário que haja iniciativas de políticas públicas e também das Universidades através de pesquisas, estudos, e também trabalhos de conscientização junto aos feirantes.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou evidenciar a importância de se buscar compreender a realidade financeira e contábil do comércio informal no Brasil, pois além de esse segmento constituir grande parte do mercado de trabalho nacional, também é a fonte de sustento de inúmeras famílias do país. É importante ressaltar que o controle de custos se faz necessário em qualquer Estabelecimento Empresarial e isso não é diferente nas feiras, que, mesmo não sendo constituídas por indivíduos possuidores de conhecimentos técnicos das Ciências Contábeis, criam seus próprios Sistemas de Custeio.

Sendo assim, percebe-se que as feiras não seguem de forma fidedigna os Sistemas de Custeio estudados pela contabilidade, pois tais métodos possuem uma elevada especificidade da área. Muitas vezes, os referidos comerciantes não têm noção de quanto são seus custos com determinados bens e serviços, o que vai contra a teoria geral dos métodos de custeio. Contudo, mesmo assim, os feirantes conseguem organizar seu empreendimento de uma forma que, na maioria das vezes, conseguem obter tanto seu sustento como o de seus dependentes de forma digna.

Faz-se necessário que os feirantes tenham acesso a uma gama de informações que possam dar um maior controle das movimentações de seu patrimônio e assim alavancar seu empreendimento. A universidade, na figura do projeto extensão *FEIRANTE EMPREENDEDOR: Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Humano e Crescimento Econômico no Comércio de Rua*, atuou no referido ambiente como agente transportador de

informações não apenas acerca de sistemas de custeio, mas também forneceu noções sobre a valorização social do trabalho e a proteção humanística ao trabalhador.

A significância deste tema está em seu efeito social, pois é essencial que o estado baseado nos princípios constitucionais da valorização social do trabalho e da livre iniciativa desenvolva políticas públicas que auxiliem esses comerciantes a potencializarem seus negócios e assim obtenham melhores e mais dignas condições de trabalho. Sugere-se para futuras investigações que a vida e a realidade desses trabalhadores permaneça sendo estudada, visando a busca de um panorama ainda mais amplo acerca de sua realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009.** 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.

BERNARDI, L. A. **Política e formação de preços.** São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

CASALI, Alípio. **Moral na História.** In: Clóvis de Barros Filho. (Org.). Ética, Trabalho, Educação, 1ed São Paulo: Duetto, 2011, v.1, p. 22-29.

COGAN, S. **Custos e preços – formação e análise.** 2ª reimpr. da 1ª ed. de 1999. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005. 157 p.

DEON, Rodrigo. Os impactos sociais diante do ressurgimento das ideias liberais, e a dignidade da pessoa humana, como limite à flexibilização do Direito do Trabalho. **DireitoNet.** Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/14/52/1452/> Acesso em: 30 de julho de 2018.

GEERTZ, C. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura.** In: _____. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988.** 8 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

KAPLAN, R.; COOPER, R. **Custo e desempenho: administre seus custos para ser mais competitivo.** São Paulo: Futura, 1998.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEONE, George S. Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos**. Editora Atlas S.A. 2000 São Paulo, 2ª Edição.

LIMA, T. B.; CAVALCANTE, K. O.; COSTA, M. S. Informalidade: escolha ou falta de opção? Um estudo no Mercado Terceirão de João Pessoa/PB. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 3., 2011, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: ANPAD, 2011. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2011/2011_ENGPR110.pdf >. Acesso em: 01 de agosto de 2018.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Garantia do tratamento partidário das partes. In: TUCCI, José Rogério Cruz e [coord.]. **Garantias constitucionais do processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MARQUES, Rafael da Silva. **Valor social do trabalho, na ordem econômica, na Constituição brasileira de 1988**. São Paulo: LTr, 2007.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. Disponível em: ><http://www.klepsidra.net/klepsidra8/marx.html>< Acesso em: 20 de Agosto de 2018.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Mirian C.S; **Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea**. Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v.2, n.4, p.72-87, agos. 2008.

MEGLIORINI, E. **Custos**: análise e gestão. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Joel José dos. **Análise de custos**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, M. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 68-89. Associados, 2005.